


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0014763-06.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Adriano Dantas Rosa**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Proc. 1522/13

Vistos.

ADRIANO DANTAS ROSA, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07 de janeiro de 2010 e do qual sofreu lesões corporais de natureza grave, com lesões permanentes que o invalidaram para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00. Afirma, ainda, que recebeu administrativamente a quantia de R\$2.531,25.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda a falta de laudo do IML; no mérito apontou a prescrição, bem como a quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, postulando pela improcedência da ação, ou, alternativamente, pela procedência em parte com indenização calculada com base na tabela criada pela Lei nº 11.482/07, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica (fls. 142/147), sobre a qual manifestaram-se as partes, reiterando suas postulações iniciais.

É o relatório.

DECIDO.

As preliminares foram afastadas por decisão de fls. 91, contra a qual não houve recurso.

No que respeita à prescrição, ainda que se reconheça que "*A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos*" (cf. Súmula 405 do Superior Tribunal de Justiça), cumpre considerar que "*o marco inicial para que se apure o prazo da prescrição da cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT deve ser considerado a data da ciência inequívoca da incapacidade do beneficiário*" (cf. Ap. nº 5-04.2011.8.26.0577 - 34ª Câmara de Direito Privado TJSP - 07/05/2012<sup>1</sup>).

O único documento que indica, definitivamente, se o autor está ou não inválido é a perícia médica de fls. 142/147, que data de 10 de agosto de 2015, o que não permite ter-se por decorrido o prazo acima indicado, de modo que afasta-se a prescrição.

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

O laudo pericial médico apurou que *"houve incapacidade laboral total e temporária até a data da alta do auxílio-doença, 31/10/2010, à seguir, recuperando sua capacidade laborativa"*.

Apurou, ainda, que *"não há dano patrimonial físico indenizável em analogia à Tabela do DPVAT"* (fls. 145).

Ou seja, o autor está apto para o trabalho.

Sob o aspecto jurídico, temos que a pretensão do autor nesta ação refere-se à indenização DPVAT, que segundo previsto no art. 3º *caput*, da Lei nº 6.194/74, deve ter por fundamento os eventos *morte, invalidez permanente ou despesas médicas e suplementares*.

Não há, portanto, com o devido respeito, qualquer previsão de indenização para a hipótese.

Assim, ante a ausência de invalidez, incabível a pretensão de pagamento do seguro DPVAT, que é devido nos casos de invalidez permanente, total ou parcial.

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

**Vilson Palaro Júnior**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**